

A paz em Moçambique

Algumas semanas atrás, a comunicação social portuguesa, em particular o "Diário de Notícias", desdobrou-se em múltiplas notícias acerca de uma eventual mediação portuguesa nas negociações para a paz em Moçambique. Nenhum facto político substancial e novo parecia justificar tal afã. Comecei logo a imaginar que se trataria de mais uma campanha pró-Renamo preparada pelos serviços secretos sul-africanos e utilizando os "lobbies" que influenciam a comunicação social portuguesa.

O programa Primeira Página da RTP, do passado dia 6, veio confirmar as minhas desconfianças. Tratou-se duma operação visando dois objectivos interligados: por um lado, dar credibilidade, na opinião pública portuguesa, a um grupo armado que a comunidade internacional não reconhece não apóia e condena; por outro lado, pressionar o Governo português a ser mediador do conflito.

Não critico a RTP em procurar fornecer ao público a informação e esclarecimento sobre todos os intervenientes no conflito que arrasa Moçambique, incluindo, obviamente, a Renamo. Mas se era esse o objectivo, os comentários inicial e final do jovem, inexperienced e inábil jornalista, fazendo a apologia da Renamo e apelando, confusamente, ao Governo português para escolher a Renamo como amigo, transformaram o programa num declarado tempo de antena do grupo Dhlakama.

Não só mas também por este facto, a operação de propaganda acabou por ser um fracasso. A reportagem não mostrou material credível para justificar o carácter libertador da acção da Renamo. Nenhum plano conseguiu transmitir uma imagem de alegria das pessoas filmadas. Nem de militares nem de civis. A máscara da jovem cantora negra que iniciou a reportagem apenas transmitia uma imagem de profunda tristeza. Estranha

liberdade em que os libertados não têm alegria mesmo em supostos momentos de diversão. O "senhor general, perdão, senhor presidente", Afonso Dhlakama, revelou uma tal dimensão política e intelectual que provoca arrepios de frio quando se imagina a eventualidade do indivíduo poder um dia governar qualquer país. Apesar de tudo tem atenuantes.

É difícil explicar como é que o "governo comunista e marxista da Frelimo" consegue o auxílio militar do Governo britânico, da anti-comunista, anti-socialista e anti-sindicalista senhora Thatcher. É difícil justificar como as administrações Reagan e Bush não apoiam os "combatentes da Renamo que lutam pela liberdade, pela democracia e contra o comunismo".

É difícil justificar a fome e a miséria existente em Moçambique como o resultado das opções ideológicas da Frelimo, quando, afinal, toda a África subsariana, lusófona, anglófila, ou francófona vive tragédias idênticas com as excepções, (passe-se!?) do Zimbabue e da Namíbia dos "marxistas" Mugabe e Nujoma.

Não se excluem, na situação de Moçambique, as consequências negativas, no plano interno e externo, do voluntarismo revolucionário da Frelimo no período imediatamente após a independência. Mas essa política foi corrigida e teve a sua tradução na política externa com acordos de Inkomati, que a

José Luís Judas

Infelizmente para os moçambicanos, o ritmo das negociações para a paz no seu país depende de mais da evolução do processo de desmantelamento do "apartheid" na África do Sul e de menos da vontade dos negociadores de Roma. Por isso, o Governo de Moçambique tem pressa e a Renamo retarda.

África do Sul não cumpriu.

A ligação da Renamo à África do Sul foi propositadamente omitida na reportagem e no comentário do jornalista da RTP. Bastaria, talvez, que tivesse sido dito donde partiu e como foi possível à equipa da RTP ter chegado à antiga reserva de caça de Goorongosa. Terá ido num voo "charter" para turistas de safaris a partir de Londres?

A Renamo é uma criação dos racistas sul-africanos que através do genocídio das populações civis, comprovados por vários observadores suspeitos, estabeleceu o terror e aniquilou as estruturas produtivas de Moçambique, visando e conseguindo impedir a sua ajuda, política e material, à luta contra o "apartheid". Desempenha no papel externo o mesmo papel que o

Inkatha representa dentro da África do Sul. Ambos são instrumentos dos racistas para, através do banditismo político, dividir e aterrorizar as populações e retardar a morte inevitável do "apartheid".

É exactamente por conhecer o carácter da Renamo e as suas ligações ao "apartheid" que a comunidade internacional não a apoia nem a reconhece. Infelizmente para os moçambicanos, o ritmo das negociações para a paz no seu país depende de mais da evolução do processo de desmantelamento do "apartheid" na África do Sul e de menos da vontade dos negociadores de Roma. Por isso, o Governo de Moçambique tem pressa e a Renamo retarda.

O banditismo organizado, de delito comum ou político, assumiu em alguns países uma tal capacidade do terror sobre as sociedades, as suas instituições políticas e estruturas económicas e financeiras que obrigam governos legítimos a negociar consigo, directamente ou por interpostas pessoas ou instituições. É um mal menor e seria puro irrealismo, naquelas circunstâncias, recusar essa possibilidade de solução dos problemas. Acontece com a Renamo no caso moçambicano, com o bando do Pol-Pot no Camboja, com a Mafia em Itália, ou com os narcotraficantes colombianos, apenas para referir os casos mais publicitados.

Para os governos de países organizados em estado de direito, este tipo de negociações é sempre um sério desafio à dignidade, unidade e à legitimidade do Estado. É também difícil e embaraçante a qualquer Governo, que se orienta em política externa por princípios de democracia e defesa dos direitos humanos, aceitar ser mediador em negociações entre um governo legítimo e um grupo de terroristas ou de criminosos.

É significativo que nas negociações de Roma o Governo italiano tenha o estatuto de observador presente, sendo o cargo mediador desempenhado por organizações da Igreja Católica, as quais, face à diferente natureza das partes em conflito, têm maiores possibilidades de superar as complexidades do processo por não terem responsabilidades de representação de Estado.

As declarações do secretário de Estado Durão Barroso à imprensa acerca da hipótese de mediação de Portugal evidenciam que o Governo tem a noção dos riscos de tal mediação, sendo uma delas a natureza da Renamo. Não estou contra um maior protagonismo de Portugal na ajuda para encontrar a paz que todos os moçambicanos anseiam, mas que ele se faça sem transformar Portugal numa zona franca de branqueamento e legitimação do banditismo político. ■